

**ANUÁRIO
2023**

SEAID
Secretaria de Assuntos
Internacionais e Desenvolvimento

Financiamentos externos, Organismos Internacionais e Integração Econômica

SEAID

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Financiamentos externos, Organismos Internacionais e Integração Econômica

ANUÁRIO 2023

República Federativa do Brasil

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

Secretário Executivo
Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Renata Vargas Amaral

Secretária Adjunta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Vanessa Carvalho dos Santos

Gabinete
Mariana Cunha Eleutério Rodrigues
Maria Carolina Moreira da Costa
Keliene de Oliveira Cavalcante
Alan Everson Galvão Araújo
Daiane Pereira Fernandes
Darluce Ferreira Matte
Emily Vieira Martins
Flávio Augusto Trevisan Scorza
Glaêde Maria das Neves
João Henrique Oliveira da Silva
José Angelo da Silva Neto
Leda Maria de Freitas
Zaqueu Batista da Silva

Gerência de Projeto de Integração Regional
Bruno Caetano Cassiano

Coordenação-Geral de Pagamentos a Organismos Internacionais
Fernanda Tercetti Nunes Pereira
Aloísio Pádua Pinto
Paulo Roberto dos Santos
José Felipe Pereira da Rocha
Raquel Fernandes dos Santos

Subsecretaria de Financiamento Externo

Paulo Henrique Mendes Leandro Beserra
Dilso Marvell Marques
Viviane Vecchi Mendes
Caroline Leite Nascimento
Manuela de Azevedo Bezerra Vitor Ramos
Rudybert Barros Von Eye
Antonio Sabino da Costa Filho
Fabiana Matsuo Nomura
William Bueno e Silva
Alisson Vilas Boas
Anael Aymoré Jacob
Camila Barbosa Curi
Davi Santana Cesar Rodrigues da Silva
Heder Carlos de Oliveira
Jônatas D'Alma Costa Santos
José Amarildo Nunes de Lima
Josiane Fortes Ferreira Costa
Klaus Nery Teixeira
Nanahira de Rabelo e Sant'Anna
Raphael Silveira Amaro
Raquel Ferrari da Veiga
Roniglesia Pereira de Sales Andrade
Taissa Thieme de Barros Vieira

Subsecretaria de Organismos Internacionais e Integração Econômica

João Luís Rossi
Leonardo Lima Chagas
Fabio Pucci Martins
Fábio Marvulle Bueno
Murilo Otavio Lubambo de Melo
Daniele Beche
Emmanuelle Lima de Oliveira Freitas
Raquel Braga Barreto Sampaio
Vinicius Lucio Ferreira

Arte (Secretaria Executiva – MPO)
Projeto gráfico e arte: Viviane Barros
Montagem e arte finalização: Nayla Gomes
Capa: Viviane Barros

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

B823a

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento.
Anuário 2023 : financiamentos externos, organismos internacionais e integração econômica / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento. -- Brasília : SEAID/MPO, 2024.
52 p. : il.

1. Organismos internacionais - Pagamento. 2. Bancos multilaterais de desenvolvimento. 3. Integração econômica. 4. Integração regional – América do sul. 5. Financiamento externo. I. Título.

CDU – 336.7
CDD – 332.1

Informações

E-mail: seaid@economia.gov.br
Última alteração: 29 de fevereiro de 2024.
*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento
gov.br/planejamento



[@MinPlanejamento](https://twitter.com/MinPlanejamento)



[@planejamentoeorcamento](https://www.instagram.com/planejamentoeorcamento)

Sumário

<i>Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais</i>	15
<i>Organismos Internacionais e Integração Econômica</i>	19
Introdução	19
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	20
Integração Econômica	26
Integração Sul-Americana	27
<i>Financiamento Externo</i>	29
Introdução	29
Recorde de pleitos e maior regionalização	29
Integração internacional	30
Marco Institucional	30
Comissão de Financiamentos Externos (Cofix)	30
Grupo Técnico de Assessoramento (GTEC)	31
Análise sobre pleitos recebidos em 2023	33
Negociações	40
Projetos em curso	44
Modificações contratuais	44
Revisões de carteira	45
Total de projetos e programas em carteira	46
Perspectiva para 2024	47
Portal de Financiamentos Externos (PFE)	48
Aplicação de recursos do Focem	48
Fomento a Projetos Ambientais e Climáticos	49
Incentivo às Parcerias Público-Privadas (PPPs)	50

Glossário

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento (<i>Agence Française de Développement</i>)
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB – <i>African Development Bank</i>)
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe (CBD – <i>Caribbean Development Bank</i>)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB – <i>Inter-American Development Bank</i>)
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial (IBRD – <i>International Bank for Reconstruction and Development</i> World Bank)
BPDs	Bancos públicos de desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina Corporação Andina de Fomento (<i>Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe</i> <i>Corporación Andina de Fomento</i>)
CAL	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
CAT	Comitê de Alterações Tarifárias
CDC	Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público
CEC	Conselho de Estratégia Comercial
Cofiex	Comissão de Financiamentos Externos
Coninv	Comitê Nacional de Investimentos
Focem	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
Fonplata	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (<i>Fondo Financiero para el Desarrollo de los Países de la Cuenca del Plata</i>)
G20	Grupo dos Vinte, reúne os países com as maiores economias do mundo
Gecex	Comitê-Executivo de Gestão
GTEC	Grupo Técnico de Assessoramento da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão (<i>Japan International Cooperation Agency</i>)
KfW	Banco de Crédito para Reconstrução (<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>)
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda
MPTF	Fundo Fiduciário Multi-Parceiros das Nações Unidas (<i>Multi-Partner Trust Fund</i>)
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores

NDB	Novo Banco de Desenvolvimento (<i>New Development Bank</i>)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD – <i>Organisation for Economic Cooperation and Development</i>)
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – agenda mundial adotada pelas Nações Unidas composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030
ONU	Organização das Nações Unidas
PFE	Portal de Financiamentos Externos
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP – <i>United Nations Development Programme</i>)
PPPs	Parcerias público-privadas
PRV	Plano de Recuperação Verde
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO)
STN	Secretaria do Tesouro Nacional (Ministério da Fazenda – MF)

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Carteira ativa no Mundo

Gráfico 2 – Carteira ativa no Brasil

Gráfico 3 – Poder de voto do Brasil

Gráfico 4 – Evolução do número de pleitos de cartas-consulta

Gráfico 5 – Evolução do número de pleitos de cartas-consulta, com abrangência estadual e municipal, autorizados pela Cofix por Estado

Gráfico 6 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre entes federativos

Gráfico 7 1– Evolução do valor de projetos autorizados pela Cofix (empréstimos e contrapartidas)

Gráfico 8 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por agente financeiro

Gráfico 9 – Comparativo entre 2022 e 2023 dos financiamentos externos autorizados por agente financeiro

Gráfico 10 – Comparativo entre 2022 e 2023 dos financiamentos externos autorizados por região

Gráfico 11 – Evolução da participação das regiões no total de financiamentos externos autorizados

Gráfico 12 – Comparativo entre 2022 e 2023 dos financiamentos externos autorizados por setor

Gráfico 13 – Evolução do número de negociações de contratos

Gráfico 14 – Distribuição de financiamentos externos negociados por agente financeiro

Gráfico 15 – Comparativo entre 2022 e 2023 dos financiamentos externos negociados por fonte de financiamento

Gráfico 16 – Distribuição da carteira de projetos e programas por região e setor

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Integralizações de cotas de instituições financeiras de desenvolvimento nas quais o Brasil é acionista

Tabela 2 – Missões de Paz das Nações Unidas com dívidas quitadas em 2023

Tabela 3 – Negociações contratuais em 2023 por fontes de financiamento

Tabela 4 – Número de projetos submetidos ao GTEC-Execução em 2023 por fontes de financiamento

Tabela 5 – Número de revisões de carteira realizadas em 2023 por agência



Apresentação

A relevância da agenda internacional para o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou evidente durante o ano de 2023. Foi preciso comunicar à comunidade internacional que **o Brasil está de volta**. No âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), e mais especificamente da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), a priorização dessa agenda durante o ano de 2023 foi também um compromisso assumido pela nossa gestão.

Conforme meta assumida no primeiro mês de mandato, **quitamos todos os pagamentos com organismos internacionais**. A SEAID é gestora dos pagamentos dos organismos internacionais dos quais o Brasil é membro pleno. No início de 2023, o Brasil acumulava uma dívida com organismos internacionais estimada em quase R\$ 5 bilhões. Tudo foi pago até 31 de dezembro de 2023.

Na qualidade de acionista dos bancos de desenvolvimento regionais, a SEAID participou e entregou resultados em todos os bancos em que somos governadores e diretores, quais sejam: CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Fonplata (Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata), BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) e BDC (Banco de Desenvolvimento do Caribe). Atuamos conectando as políticas de desenvolvimento e as prioridades do Brasil com as negociações e decisões estabelecidas no âmbito de fóruns, órgãos e instituições internacionais de desenvolvimento.

Nesse sentido, estamos atuando para fortalecer a **integração da infraestrutura e do planejamento na América do Sul**. Em dezembro, o lançamento da **Iniciativa “Rotas da Integração” do BID/BNDES/CAF/Fonplata**, construída em conjunto com os quatro bancos, rendeu o anúncio de **R\$ 50 bilhões para projetos na região**. Em parceria com a Secretaria de Articulação Institucional (SEAI), que coordena os trabalhos do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano no Ministério, a integração regional será prioridade em 2024, com visitas previstas aos estados brasileiros de fronteira e aos nossos países vizinhos, com o objetivo de fortalecer laços e destravar projetos prioritários.

A **previsibilidade e a transparência na concessão de financiamentos externos** foi uma das entregas mais relevantes da SEAID neste primeiro ano de mandato. Desde sua criação, a Secretaria vem realizando um esforço de modernização das regras para submissão e análise dos projetos pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), reduzindo trâmites burocráticos e viabilizando maior acesso às linhas de financiamento disponibilizadas por organismos financeiros internacionais.

Resultado das medidas adotadas durante o ano, em 2023 presenciamos um **recorde em número de pleitos de empréstimos internacionais**, por meio de submissão de cartas-consultas à Cofix. A maior

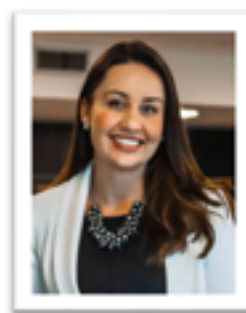
competição eleva a qualidade dos projetos e, como consequência, temos melhor utilização desses recursos e resultados de maior impacto na vida das pessoas.

Para 2024, a SEAID está delineando estratégias inovadoras para fortalecer sua atuação em diferentes frentes. Entre elas estão o **Novo Portal de Financiamentos Externos (PFE)**, o **Fomento a Projetos Ambientais e Climáticos**, e o **Incentivo às Parcerias Público-Privadas (PPPs)**. Ao longo do ano, a Secretaria também vai selecionar e submeter ao **Focem – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul** – projetos na Faixa de Fronteira com os países do bloco, que poderão receber até R\$ 350 milhões em recursos não-reembolsáveis para ações voltadas para a convergência estrutural e coesão social, em localidades que muitas vezes não recebem a devida atenção do poder público. O acesso a esses recursos foi possível por meio da regularização dos pagamentos do Brasil ao Focem em 2023.

Além de contribuir para o restabelecimento de uma atuação do Brasil na agenda internacional adequada ao tamanho e às responsabilidades do nosso país, a SEAID buscou atuar de forma a garantir que as instituições financeiras multilaterais tragam benefícios concretos para a população brasileira como um todo – e sobretudo para aqueles que mais precisam. Em 2024, esperamos seguir adiante nessa jornada, trazendo cada vez mais resultados que façam a diferença na vida dos brasileiros.



Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Tebet



Secretária de Assuntos Internacionais e
Desenvolvimento
Renata Vargas Amaral

Sumário Executivo

A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento é responsável por articular as políticas de desenvolvimento do Brasil e sua atuação em instituições financeiras internacionais das quais o país é membro acionista, e, muitas vezes, mutuário. É também da SEAID a competência de gerir os pagamentos a todos os organismos internacionais dos quais o Brasil é membro pleno. Conforme se verá no Capítulo 1, em 2023 a SEAID concluiu o ano com a quitação de todo o passivo herdado de gestões anteriores, bem como de todos os pagamentos referentes ao ano de 2023.

Na sequência, no Capítulo 2, trata-se da atuação desta Secretaria em organismos internacionais, bancos multilaterais, e em temas que envolvem integração econômica e, mais especificamente, integração regional. O Brasil é acionista de alguns bancos multilaterais de desenvolvimento com atuação regional e, como tal, participa dos respectivos conselhos e diretórios e de decisões estratégicas dessas instituições financeiras. Esta Secretaria entende que, na condição de membro acionista, é fundamental uma atuação no sentido de orientar os recursos e ações desses organismos para o atendimento às necessidades do país e aos propósitos de cada instituição, no financiamento a projetos voltados para a integração regional, de infraestrutura ou a projetos com o setor privado focados na inovação, no desenvolvimento tecnológico e no fomento à transição para uma economia sustentável e de baixo carbono, além de iniciativas de apoio a pequenas empresas e ao empreendedorismo feminino, entre outras.

A SEAID também é responsável por coordenar a participação do MPO nos mecanismos/foros regionais e multilaterais de desenvolvimento (como OCDE, G20 e BRICs), além de participar ativamente da Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão colegiado do Governo Federal responsável pela formulação, adoção, implementação e coordenação de políticas e de atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, aos investimentos estrangeiros diretos, aos investimentos brasileiros no exterior e ao financiamento às exportações, com vistas a promover o aumento da produtividade da economia brasileira e da competitividade internacional do País. Esses temas também são tratados no Capítulo 2.

O Capítulo 3 dedica-se a detalhar as atividades da SEAID naquilo que diz respeito ao Brasil na qualidade de mutuário de bancos e agências de desenvolvimento. Durante o ano de 2023, as atividades da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) passaram por um intenso escrutínio da equipe responsável pela concessão de financiamento externo com garantia soberana. Com foco em conceder previsibilidade e maior transparência às atividades, foi mantido intenso diálogo com os entes da

federação receptores de financiamentos externos e com bancos e agências responsáveis por conceder financiamento aos mesmos.

É imprescindível que os projetos a serem financiados com garantia da União e analisados tecnicamente pela Secretaria e aprovados pela Cofix estejam alinhados com a estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo Governo Federal em conjunto com diferentes atores políticos e com os setores da sociedade envolvidos. Projetos bem estruturados significam mais recursos para Estados e Municípios, maior investimento, melhoria da infraestrutura física e social, promoção do desenvolvimento regional e da redução das desigualdades regionais e da pobreza, e, conseqüentemente, mais emprego e renda para brasileiros. O Capítulo 3 traz ainda as perspectivas para 2024, que inclui o lançamento de um portal único de financiamentos externos.

Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais

A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento é responsável pela gestão dos pagamentos de todos os organismos internacionais dos quais o Brasil participa, além das integralizações de cotas a bancos internacionais e de recomposições a fundos internacionais.

As contribuições são pagas aos organismos internacionais, o que permite a participação do país e o direito de voto nessas instituições. Já as integralizações de cotas são feitas a bancos internacionais, visando a aquisição de ações dessas instituições, caracterizando a compra de um ativo por parte do Brasil. As recomposições, por sua vez, são feitas a fundos internacionais, caracterizando-se como doações

No ano de 2023, a SEAID quitou os compromissos com organismos internacionais relativos às faturas enviadas pelos órgãos setoriais até 28/12/2023, último dia de expediente bancário do ano para realizar os pagamentos internacionais do ano.

Ao longo de 2023, foram pagos aproximadamente R\$ 4,62 bilhões referentes a essas despesas, sendo cerca de R\$ 2,64 bilhões relativos a passivos em atraso – que remontam desde 2014 até 2022 – e cerca de R\$ 1,98 bilhão referentes aos compromissos do ano de 2023.¹

Ao todo, durante o ano de 2023, foram analisados e instruídos 333 processos de pagamentos relativos aos compromissos internacionais. A maior parte dos valores pagos destinou-se a contribuições regulares a organismos internacionais das quais o Brasil é membro pleno - cerca de 81% do total, equivalente a R\$ 3,76 bilhões - sendo os demais R\$ 865 milhões pagos a integralizações de cotas de instituições financeiras de desenvolvimento nas quais o Brasil é acionista:

Tabela 1 – Integralizações de cotas de instituições financeiras de desenvolvimento nas quais o Brasil é acionista
Dados em: Reais (R\$)
Fonte: CGPOI/SEAID/MPO

SIGLA OI	Descrição do Organismo Internacional	Valor pago em 2023 (em R\$)
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento	88.210.000
CAF	Corporação Andina de Fomento	436.928.490
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	140.280.232
BID - CII	Banco Interamericano de Desenvolvimento - Corporação Interamericana de Investimento - BID - CII	199.984.405
TOTAL		865.403.127,00

¹ Os compromissos são devidos em 6 (seis) moedas estrangeiras, que variam conforme a instituição internacional respectiva. As moedas são: dólar americano, dólar australiano, dólar canadense, euro, franco suíço e a libra esterlina.

As **contribuições** regulares são pagas aos organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Mundial do Comércio. Elas decorrem do compromisso do Brasil ao ingressar nessas instituições e são necessárias para o funcionamento de cada organização e para a representação dos interesses brasileiros em âmbito multilateral. O não pagamento de contribuições regulares implica em perda de poder de voto, bem como outras consequências econômicas negativas, a depender da função do organismo internacional.

As **integralizações** de cotas são feitas a bancos multilaterais de desenvolvimento, tais como a CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fonplata – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. Elas consistem na aquisição de ações dessas instituições, caracterizando a compra de um ativo por parte do Brasil. Caso o Brasil deixe de ser acionista do banco, poderá ofertar essas ações e vendê-las. Os bancos de desenvolvimento multilaterais permitem a realização de projetos com impacto econômico e social no Brasil e em diversos países em desenvolvimento, com condições financeiras mais vantajosas para o tomador dos recursos.

A regularização dos compromissos do Brasil contribuiu para restaurar a imagem do País no exterior no primeiro ano do atual mandato do Presidente Lula. A participação brasileira em organismos internacionais era alvo de constrangimentos em razão de atrasos, concentrados nos últimos seis anos, que geraram dívidas com aproximadamente 120 organismos e instituições financeiras internacionais.

Portanto, mantendo o compromisso assumido por esta Secretaria e pelo MPO no início do mandato, até 31/12/2023 aproximadamente R\$ 4,6 bilhões em compromissos já haviam sido quitados.

Importa destacar que a melhora dos índices econômicos do país, e mais especificamente, a valorização do real perante o dólar e outras moedas estrangeiras durante o ano de 2023 permitiu uma economia orçamentária e financeira de mais de R\$ 200 milhões em relação ao valor total da dívida verificado no final de 2022, que era de aproximadamente R\$ 4,95 bilhões ao câmbio de 31/12/2022 (USD 1,00 / BRL 5,2171 – fonte BACEN).

Dentre os pagamentos realizados, cabe destacar a regularização junto a organizações internacionais na área de **meio-ambiente e mudança do clima**, incluindo as contribuições relativas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e ao Protocolo de Quioto, o que adquire particular importância à luz da escolha de Belém, no Pará, para sediar a COP-30, em 2025. Além disso, foram quitados passivos referentes a outras convenções relevantes sobre o tema, tais como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (Convenção de Estocolmo) e a Convenção sobre Mercúrio (Convenção de Minamata).

Na esfera regional, a regularização dos aportes para o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) permitiu o desbloqueio de cerca de R\$ 350 milhões em financiamento não-reembolsável para projetos na Faixa de Fronteira do Brasil com os países do Mercosul, conforme será detalhado adiante. A quitação da dívida com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), com a Secretaria do Mercosul e com o Parlasul, bem como as contribuições ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), ao Instituto Social (ISM) e Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão (TPR) reforçam o compromisso do Brasil com a retomada do processo de integração sul-americana.

No âmbito da atuação do Brasil nas Nações Unidas, é importante ressaltar a regularização dos passivos devidos às Missões de Paz. No início de 2023, havia cerca de 260 contribuições em aberto, as quais remontavam até o exercício de 2016. Ao longo de 2023 foram quitados todos esses compromissos decorrentes de participação brasileira nas quinze missões de paz das Nações Unidas para as quais o Brasil contribui, conforme quadro abaixo.

Tabela 2 – Missões de Paz das Nações Unidas com dívidas quitadas em 2023

Dados em: Texto

Fonte: CGPOI/SEAID/MPO

Sigla	Missão
Minurso	Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental
Minusjusth	Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti
Undof	Força das Nações Unidas de Observação da Separação – Montes Golan
Unficyp	Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre
Unifil	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
Unisfa	Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei
Unmik	Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo
Minusca	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana
Minusma	Missão Multidimensional Integrada para Estabilização das Nações Unidas do Mal
Monusco	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
Umamid	Missão da ONU e da União Africana, UA, em Darfur
Unmiss	Missão das Nações Unidas no Sul do Sudão
Unsos	Escritório de Apoio das Nações Unidas na Somália
Unmil	Missão das Nações Unidas na Libéria

É a primeira vez em mais de uma década que o Brasil regulariza os compromissos com Missões de Paz, e consequentemente a situação com a ONU. Vale destacar, portanto, que em 2023, o Brasil finalmente deixou de constar da lista dos maiores devedores desse Organismo.

O próximo avanço no tema dos compromissos internacionais é consolidar o novo tratamento orçamentário desse tipo de despesa. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 - LDO 2024 aprovada pelo Congresso Nacional em 22 de dezembro de 2023 traz como inovação a reclassificação das despesas resultantes de compromissos firmados pelo Brasil por meio de tratados internacionais. Essa reclassificação define como obrigatórias as despesas referentes a contribuições regulares e a primeiras rodadas de integralizações a bancos multilaterais de desenvolvimento e recomposições de fundos internacionais resultantes de compromissos previstos em tratados internacionais promulgados pelo Brasil. Como esses tratados são internalizados pelo Congresso Nacional, tornando-se obrigações legais no plano interno, a classificação de tais despesas como obrigatórias conferirá mais previsibilidade à atuação internacional do Brasil em nível multilateral e evitará novo acúmulo de passivos com organismos internacionais de direito internacional público.



Ao longo de 2023, a regularização dos pagamentos a organismos internacionais teve repercussão na imprensa e nas redes sociais do governo federal.

Organismos Internacionais e Integração Econômica

Introdução

A SEAID atua conectando as políticas de desenvolvimento do Brasil com as negociações e decisões estabelecidas no âmbito de fóruns, órgãos e instituições internacionais de desenvolvimento, como os Bancos e Fundos Multilaterais de Desenvolvimento, a OCDE, a ONU e o G20. Além disso, atua nas determinações e decisões dos colegiados que definem as políticas e instrumentos de comércio exterior brasileiros.

A Secretaria é responsável pela atuação do Brasil como acionista no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), no Fundo Financeiro para o Desenvolvimento Bacia do Prata (Fonplata), no Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) e no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), representando o Brasil nos conselhos diretivos desses organismos e tendo papel decisivo nas suas definições relativas à governança, investimentos e fornecimento de capacitação técnica no âmbito multilateral regional.



A Ministra Simone Tebet representa o Brasil na Assembleia de Governadores do BID, na Cidade do Panamá, em março de 2023. O Brasil volta a ser um ator relevante nas relações internacionais.

Destaca-se a atuação da secretaria também no papel de desenvolver a integração econômica do país em fóruns e organismos diversos – em âmbito global e regional -de acompanhar e contribuir para a presidência brasileira do G20 e de fomentar discussões temáticas relacionadas a temas de desenvolvimento, finanças e desenvolvimento sustentável, gênero e diversidade, entre outros. Ainda, a SEAID tem por competência atuar também na agenda da transição verde e na participação direta nos órgãos colegiados responsáveis pelas decisões das políticas brasileiras de comércio exterior.

Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) desempenham diversas funções importantes na agenda de desenvolvimento socioeconômico. Uma delas é complementar o setor privado no financiamento de investimentos que geram externalidades positivas e possuem um retorno social maior do que o retorno privado. Esses bancos atuam preenchendo lacunas de financiamento em setores que não são atendidos adequadamente pelo mercado privado.

Outra função dessas instituições é reduzir os riscos para atrair e potencializar investimentos privados. Isso pode ser feito por meio do financiamento de projetos em setores que ainda possuem um alto risco regulatório, nos quais os BMDs possuem uma melhor relação com os governos e estão mais preparados para lidar com essas questões. Além disso, podem fornecer garantias ou outros mecanismos para melhorar a qualidade do crédito e reduzir os riscos para os investidores privados.

Os BMDs também têm a capacidade de fornecer financiamentos de longo prazo, o que muitas vezes não está disponível no setor financeiro privado. Isso ocorre porque os bancos públicos possuem uma maior disposição para assumir riscos e podem oferecer prazos mais longos para o pagamento dos empréstimos. Essa característica é fundamental para projetos de infraestrutura que requerem investimentos de longo prazo.

Outra vantagem é a capacidade de obter recursos a custos mais baixos do que seus clientes (governos ou empresas) conseguiriam diretamente. Isso ocorre porque muitos desses bancos possuem uma classificação de risco de crédito melhor do que seus clientes, o que lhes permite acessar recursos a custos mais favoráveis. Essa condição permite que os bancos públicos de desenvolvimento ofereçam empréstimos e financiamentos em condições mais atrativas.

Além disso, os bancos multilaterais podem fornecer assistência técnica, utilizando sua experiência acumulada, que pode ser utilizada para ajudar seus clientes a desenhar e implementar projetos e políticas públicas de forma mais eficiente. Essa assistência técnica pode contribuir para o fortalecimento institucional e melhorar a capacidade de implementação dos projetos.

Por fim, os BMDs podem ajudar os governos a superar barreiras relacionadas ao ciclo político. Como muitos dos projetos financiados por esses bancos são de longo prazo, que ultrapassam a duração dos mandatos políticos locais, eles são menos suscetíveis a interrupções políticas. Além disso, esses bancos geralmente possuem uma estrutura de monitoramento mais robusta e duradoura, o que contribui para a maior eficiência e sucesso dos projetos financiados.

Outro aspecto importante dessas instituições é o fato de pertencerem a vários países. Isso permite não apenas que sejam instituições com maior tamanho e condições de atuar em projetos maiores e em mais setores, mas também permite atuar em projetos de interesse comum, como, por exemplo, de infraestrutura de integração regional, ou de combate a epidemias de doenças. Em resumo, os BMDs são instituições financeiras públicas multilaterais destinadas a financiar projetos de investimentos ou de políticas que tenham elevado retorno social, oferecendo crédito de longo prazo, assistência técnica ou instrumentos de mitigação de riscos, em condições mais favoráveis que as do mercado privado.

A SEAID coordena o relacionamento institucional do Brasil com as diretorias-executivas residentes e a participação do País nas diretorias-executivas não residentes, assembleias de governadores e outras instâncias de governança dos seguintes bancos multilaterais de desenvolvimento:

- Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF;
- Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;
- Grupo Banco Africano de Desenvolvimento – BAD;
- Banco de Desenvolvimento do Caribe – BDC.

Nos bancos onde há diretoria residente (com presença permanente na sede da administração do banco), a Governadora, ou seja, a Ministra do Planejamento e Orçamento, tem o poder de indicar a Diretoria Executiva, que atua conforme suas diretrizes. É o caso particularmente no BID, cuja indicação de Diretores e assessores para atuarem em nome do governo brasileiro na sede do banco em Washington, D.C. é hoje prerrogativa da Ministra Simone Tebet.

A atuação como "Brasil acionista", onde o Ministério, via instâncias de governança, zela pelas melhores práticas administrativas e financeiras dos bancos e participa do desenho de suas estratégias de atuação, é feita de forma complementar à atuação como "Brasil cliente" (mutuário ou recebedor de doação), onde o Ministério analisa e negocia (por meio da Comissão de Financiamentos Externos - Cofix) os projetos que os bancos desejam implementar no País. Vale ressaltar que os projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial e pelo New Development Bank (NDB, o "Banco dos BRICS"), cuja atuação brasileira como "acionista" é coordenada pelo Ministério da Fazenda, são analisados pela SEAID e submetidos à Cofix para aprovação. O Ministério da Fazenda possui integrantes

na Cofix, que é presidida pelo Secretário-Executivo do MPO. Entretanto a análise técnica de cada projeto submetido à Cofix é 100% feita por técnicos desta Secretaria.

Os gráficos a seguir ilustram o tamanho relativo dos bancos multilaterais dos quais o Brasil é sócio, no mundo e no Brasil. Em azul estão os bancos geridos pelo MPO e em laranja os geridos pelo MF.

O gráfico 1 mostra a carteira total, no mundo, dos bancos multilaterais selecionados. Não estão incluídos os braços especializados em setor privado de tais bancos, como o IFC do Banco Mundial e o BID Invest do grupo BID, por exemplo. Os dados mostram que o Banco Mundial e o BID são os dois maiores bancos nos quais o Brasil possui participação no capital.

Gráfico 1 – Carteira ativa no Mundo
Dados em: Bilhões de dólares
Fonte: SINT/SEAID/MPO



Já o gráfico 2 mostra a distribuição de tamanho dos bancos com relação à carteira de projetos no Brasil. Observe-se que o País não é mutuário do BAD e nem do BDC, e portanto não possui projetos desses bancos. Nesses casos o Brasil atua apenas como sócio, decidindo as políticas do banco e aportando recursos para contribuir com o desenvolvimento dos países que são mutuários desses bancos. Dentre os países em que o Brasil é sócio e também mutuário, nossa maior fonte de recursos de projetos provém do BID, seguido do Banco Mundial, do NDB e da CAF, nessa ordem. Fonplata tem uma carteira aproximadamente igual a 10% a da CAF, enquanto que o AIIB possui carteira no Brasil equivalente a 50% do tamanho do Fonplata.

Gráfico 2 – Carteira ativa no Brasil

Dados em: Bilhões de dólares

Fonte: SINT/SEAID/MPO



No gráfico 3 temos uma visão que reflete melhor a atuação junto à Governança dos bancos multilaterais dos quais o Brasil é membro: em cada instituição o País tem um percentual de poder de voto diferente, que é dado tanto pelo valor do capital aportado pelo Brasil no banco, quanto pelas regras individuais de cada instituição. Pode-se observar que Fonplata e NDB são os bancos multilaterais onde o Brasil tem maior importância relativa (20%), seguidos pelo BID (11,35%), CAF (5,26%), Banco Mundial (2%), BDC (1,15%), AIIB (0,2%) e BAD (0,15%).

Gráfico 3 – Poder de voto do Brasil

Dados em: Percentual

Fonte: SINT/SEAID/MPO



Dentre as formas discutidas pelos Bancos para melhorar o apoio ao desenvolvimento dos países estão:

- a. Aumento das contribuições de capital por parte dos países-membros;
- b. Aumento da mobilização de recursos do setor financeiro privado, que se soma aos recursos dos bancos multilaterais para financiar projetos;
- c. Melhoria da governança dos bancos e assim uma maior racionalização no uso dos recursos, aumentando o foco nos setores ou regiões considerados estratégicos pelos países.

Do ponto de vista estritamente financeiro, é vantajoso para o Brasil participar de bancos de desenvolvimento multilaterais na condição de cliente/mutuário, uma vez que esses bancos podem oferecer financiamentos em condições mais favoráveis que o custo de captação do Tesouro Nacional. Isso ocorre pelo fato de essas instituições possuírem ratings que variam de A (como o Fonplata) a triplo A (como o BID), enquanto a classificação de risco soberano do Brasil é atualmente BB ou triplo B, de acordo com as principais agências de risco.

De forma geral, a demanda por projetos e recursos é bastante superior à capacidade financeira dos bancos multilaterais. Por isso, uma racionalização do uso dos recursos é essencial para aumentar o impacto no desenvolvimento econômico e social. Discussões mais recentes apontam para um alinhamento cada vez maior aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), composto por 17 objetivos adotados durante Cúpula das Nações Unidas em 2015. Há também um progressivo aumento de financiamento a projetos do setor privado, e um maior número de financiamentos em parceria com instituições financeiras privadas.

A insuficiência de recursos frente à demanda, aliada ao fato de que cada banco multilateral tem características e atuação próprias, reforça a necessidade de ajustar a atuação de cada instituição para promover ganhos de sinergia, evitando ineficiências geradas por sobreposições de atuação ou pela falta de complementariedade dos projetos. Para isso é fundamental que o Ministério estabeleça as direções estratégicas do desenvolvimento nacional, e as traduza para os bancos multilaterais, que por sua vez farão o desenho estratégico em coordenação com os outros países e proporão as táticas para sua atuação no nível dos projetos².

Importante frisar que os bancos multilaterais dispõem não somente de capital financeiro para projetos de investimento, mas também de recursos financeiros e técnicos para assistência técnica aos

² O direcionamento estratégico dos Bancos Multilaterais se dá nas Assembleias de governadores e reuniões de Diretoria, mas culmina nos critérios de seleção de projetos, aplicáveis tanto dentro dos Bancos quanto nas instâncias decisórias dos países que receberão tais projetos.

países, estados e municípios. Tais recursos podem ajudar a desenhar, implementar ou avaliar políticas públicas, por exemplo, sendo importante instrumento tanto para os ministérios quanto para os entes subnacionais.

Nesse contexto, a SEAID promove a conexão estratégica entre as políticas de desenvolvimento do Brasil e sua atuação nos bancos multilaterais de desenvolvimento. Na condição de membro ou acionista, é fundamental uma atuação no sentido de orientar os recursos e ações desses organismos para o atendimento às necessidades do país, como, por exemplo: financiamento a projetos de infraestrutura sustentável que promovam o desenvolvimento econômico e social com resiliência a eventos climáticos; projetos com o setor privado focados na inovação e no desenvolvimento tecnológico e no fomento à transição para uma economia sustentável e de baixo carbono; iniciativas que combatam a pobreza e ao mesmo tempo apoiem a inclusão racial e de gênero.

Em 2023, a SEAID atuou ativamente na **promoção da boa governança** em todos os bancos citados, além das atividades rotineiras de acompanhamento. Citamos como exemplo:

- **Fonplata** – Trabalhamos para eleger a brasileira Luciana Botafogo como **primeira mulher** presidente do Fonplata e promovemos a internalização do novo Convênio Constitutivo do Fonplata, que estava em tramitação desde 2020, e permite a entrada de novos países-membros no banco;
- **BID** – Indicamos a nova Diretoria-Executiva e contribuímos para o aprimoramento de novos modelos de negócio para o BID Invest e BID Lab, que envolverão investimentos de aproximadamente US\$ 500 milhões no BID Invest e US\$ 20 milhões no BID Lab. Também encaminhamos o convênio do BID Lab ao Congresso, que estava em análise no Executivo desde 2019.
- **CAF** – Promovemos medidas para aprimorar a governança do banco, tendo por base necessidades apresentadas pelos países no diretório e melhores práticas de governança utilizadas pelos demais bancos de desenvolvimento multilaterais;
- **BAD** – Analisamos e viabilizamos a contribuição do Brasil na 16ª rodada de recomposição do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD 16) no valor de USD 10 milhões e avançamos nas tratativas para a adesão do Brasil ao Compacto Lusófono;
- **BDC** – Contribuímos para a discussão da nova estratégia institucional e da política de desenvolvimento do setor privado.

Integração Econômica

Em 2023, em atuação efetiva dentro de suas competências institucionais, destaca-se a atuação da Secretaria como membro do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano do MPO para o desenvolvimento da infraestrutura física e digital sul-americana e no Conselho Diretivo para o Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil.

Ademais, a SEAID acompanhou e contribuiu para a presidência brasileira do G20 em grupos de trabalho substantivos e manteve discussões técnicas com órgãos da OCDE relacionadas a temas de desenvolvimento, finanças e desenvolvimento sustentável, gênero e diversidade entre outros, participando, presencialmente, da Reunião Ministerial da OCDE realizada em Paris, França.

Atuando na agenda da transição verde, a SEAID integrou comitês de governança e grupos de trabalho para a estruturação de mecanismos e fundos financeiros verdes, com destaque para a liderança na presidência do Grupo Técnico da Rede de Ministros de Finanças e Planejamento dos Países Amazônicos, no âmbito da iniciativa **Amazônia Sempre**.

Em 30/06/2023 em São Paulo, os Ministros de Planejamento e Finanças dos países amazônicos lançaram o Programa “guarda-chuva” intitulado Amazônia Sempre, com o apoio do BID, para aumentar o volume de financiamento, compartilhar conhecimento e fortalecer a coordenação regional dos países da região. O programa incluirá uma plataforma para mapear os recursos existentes dos países amazônicos e de doadores e terá como eixos prioritários: população local; agricultura sustentável, desenvolvimento florestal e silvicultura; bioeconomia; infraestrutura; cidades sustentáveis; e conectividade; promoção da inclusão de mulheres, povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais; mitigação e adaptação às mudanças climáticas e conservação florestal; e fortalecimento das capacidades institucionais e do estado de direito. Na ocasião também foi estabelecida uma Rede de Ministros de Planejamento e Finanças dos países amazônicos e um grupo técnico. Esta rede terá como objetivo supervisionar o progresso e os resultados em questões econômicas e financeiras, incluindo expansão do financiamento, taxonomias conjuntas e instrumentos de financiamento inovadores. Prevê ainda o desenvolvimento de um mecanismo de preparação de projetos para elaborar planos de investimento para os territórios amazônicos e um pipeline de projetos para acelerar o desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente da região amazônica.

O MPO, por meio da SEAID, também integrou o **MPTF da Amazônia** (*Multi-Partner Trust Fund*) coordenado pela ONU, em parceria com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL) para receber propostas, projetos e doações de recursos, promover uma resposta coordenada e acelerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de maneira integrada e cooperativa, em conformidade com o Plano de Recuperação Verde (PRV), lançado pelo CAL em 2021. O

foco dessa parceria será gerar alternativas econômicas e beneficiar os subgrupos mais vulneráveis de população da região, protegendo seus modos de vida e meios de subsistência e garantindo sua segurança física, hídrica, energética, climática, sanitária e alimentar. A reunião inaugural do Comitê Diretivo do Fundo ocorreu em Brasília em 22/11/2023 e contou com a participação do Governo Federal, com presença do MPO, do MRE e do MDS.

No eixo das políticas brasileiras de **comércio exterior**, a SEAID atendeu ativamente às reuniões ordinárias e extraordinárias dos órgãos colegiados interministeriais consistidos no Conselho de Estratégia Comercial (CEC), no Comitê-Executivo de Gestão (Gecex), no Comitê de Alterações Tarifárias (CAT), no Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público (CDC), no Comitê Nacional de Investimentos (Coninv) e no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), exercendo seus direitos de voto sobre os temas e decisões pautadas e contribuindo para a elevação das discussões por meio da elaboração de notas técnicas e da colocação de posicionamentos formais do MPO acerca dos temas. Ainda, acrescente-se a participação da SEAID no processo negociador dos acordos comerciais em discussão pelo Brasil, em conjunto com os países parceiros do Mercosul, que culminou com a **conclusão do acordo Mercosul-Singapura, no final de 2023**.

Integração Sul-Americana

No dia 30 de maio de 2023, o Presidente Lula, juntamente com os líderes dos 11 países que, junto com o Brasil, formam a América do Sul, lançou o chamado Consenso de Brasília, que retomou a integração da região como política de Estado. No mês seguinte, em junho, a Ministra Simone Tebet anunciou a criação, no âmbito do MPO, do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano. Ao longo de quatro meses, o Subcomitê reuniu-se com os 11 estados brasileiros localizados na fronteira com os vizinhos sul-americanos, e com diversos órgãos governamentais diretamente envolvidos na agenda de integração.

A SEAID teve participação ativa no âmbito do Subcomitê, liderado pela Secretaria de Articulação Institucional, tendo contribuído com a formulação do relatório que propõe a integração em infraestrutura com os países da região em cinco rotas principais.

Em dezembro, no âmbito das reuniões de Cúpula do Mercosul e do Diretório da CAF, a SEAID articulou o **anúncio de R\$ 50 bilhões que BNDES, CAF, BID e Fonplata disponibilizarão** para o financiamento de projetos de desenvolvimento com ênfase na integração sul-americana. A agenda de integração sul-americana também foi apresentada pela Ministra Simone Tebet aos governadores sul-americanos dos bancos de desenvolvimento multilaterais.

Em 2024, pretende-se incentivar a apresentação de projetos voltados para integração sul-americana no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos, e aumentar a disponibilidade de recursos de cooperação técnica disponibilizados pelos bancos de desenvolvimento multilaterais para a realização de estudos de viabilidade de projetos de integração, bem como a preparação desses projetos.

Além disso, cumpre destacar que a Estratégia Nacional de Comércio Exterior, liderada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) e da qual a SEAID participa ativamente, deverá contar com metas voltadas à integração sul-americana, tais como o volume de comércio do Brasil com os países vizinhos por meio das fronteiras terrestres e portos fluviais.



Da esquerda para a direita, presidentes da CAF, Sergio Diaz Granados, do BNDES, Aloizio Mercadante, do Fonplata, Luciana Botafogo, e do BID, Ilan Goldfajn – com a Ministra Simone Tebet ao centro - se comprometem com a disponibilização de um total de US\$ 10 bilhões em financiamento para as rotas de integração na América do Sul.

Financiamento Externo

Introdução

Desde o início de 2023, a SEAID tem realizado um amplo esforço de reformulação e modernização das regras para submissão e análise dos projetos pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), reduzindo trâmites burocráticos e viabilizando maior acesso às linhas de financiamento disponibilizadas por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras. A transparência tornou-se uma prioridade e a Secretaria passou a publicar o calendário de reuniões da Cofiex para o ano e a divulgar os pleitos apresentados e pautados para cada reunião.

Recorde de pleitos e maior regionalização

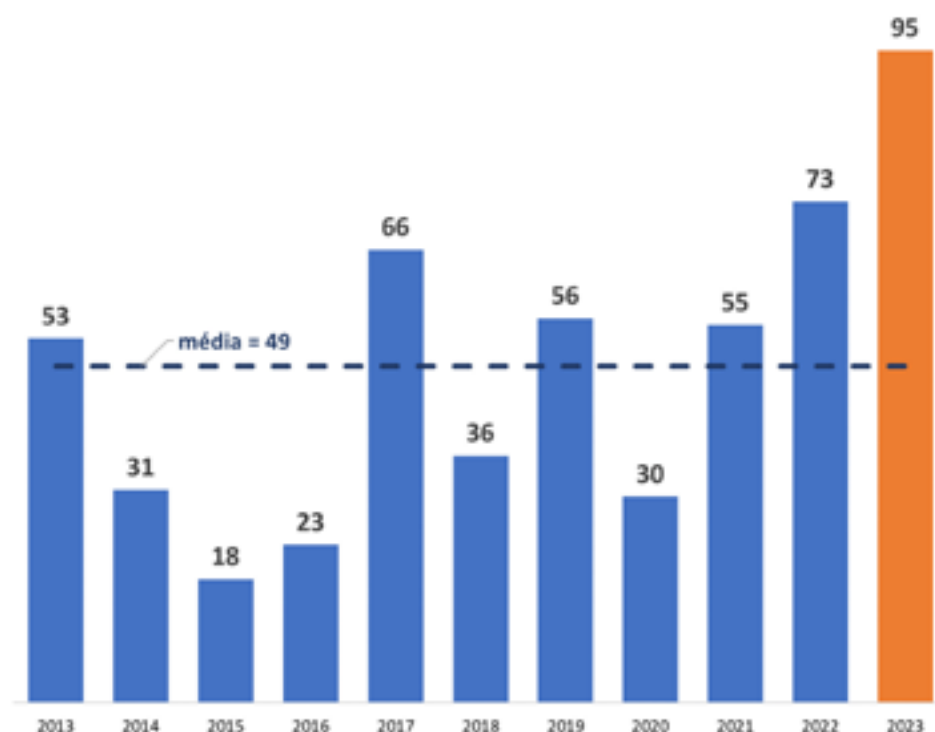
Adicionalmente, o compromisso com a regionalização da política de financiamento externo foi marcante, resultando em um recorde na presença de municípios nos processos de financiamento externo. Esse é um impacto direto da política de transparência do processo, conforme será detalhado mais adiante.

Outro resultado que demonstra a confiança dos entes subnacionais no processo de maior transparência e previsibilidade da Cofiex é o número de pleitos recebidos em 2023. Foram recebidas 95 cartas-consulta, número recorde que representa quase o dobro da média de 49 pleitos recebidos por ano no período entre 2013 e 2023, conforme destacado no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Evolução do número de pleitos de cartas-consulta

Dados em: Unidade

Fonte: SFIN/SEAID/MPO



Integração internacional

No cenário internacional, a quitação de dívidas com o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) permite que sejam aprovados novos projetos em território brasileiro. Ao regulamentar a submissão de projetos do Brasil a serem financiados com recursos do Fundo, escolheu-se priorizar municípios da Faixa de Fronteira com países do Mercosul, o que impulsionará o Brasil a um novo patamar de colaboração e desenvolvimento regional.

Esses avanços significativos contribuíram para fortalecer o comprometimento da Secretaria com a integração da América do Sul, demonstrando um comprometimento renovado com a eficiência, transparência e colaboração em seus esforços para impulsionar o desenvolvimento sustentável no país.

Marco Institucional

Comissão de Financiamentos Externos (Cofix)

A Cofix é a Comissão de Financiamentos Externos, composta por diferentes órgãos da esfera federal e cuja Secretaria Executiva é a SEAID, à qual compete avaliar pleitos de programas ou projetos do setor público vinculados a fontes externas, a partir de informações prestadas por proponentes conforme disposto no art. 28, III, do Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023, alterado pelo Decreto nº 11.398, de 21 de janeiro de 2023.

A finalidade da Comissão é avaliar programas/projetos do setor público, cuja matriz de financiamento possua recursos externos oriundos de organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras. Além de projetos financiados por BID, CAF e Fonplata – bancos multilaterais nos quais a SEAID é também responsável pela atuação do Brasil como acionista - a Cofix avalia projetos financiados por instituições como Banco Mundial, Banco de Crédito para Reconstrução (KfW, na sigla em alemão), Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e Banco Europeu de Investimentos (BEI).

Esse colegiado tem por finalidade examinar e autorizar a preparação de programas/projetos do setor público a serem financiados por fontes externas da União, dos Estados e dos Municípios, quando houver garantia da União.

Nas reuniões da Cofix, são deliberadas as cartas-consulta apresentadas dentro do prazo de submissão definidos para cada reunião. A Cofix é composta pelos seguintes membros:

❖ **Ministério do Planejamento e Orçamento:**

- Secretário-Executivo (Presidente da Comissão);
- Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (Secretária-Executiva da Comissão);
- Secretária Nacional de Planejamento; e
- Secretário de Orçamento Federal.

❖ **Ministério da Fazenda:**

- Secretário do Tesouro Nacional;
- Secretária de Assuntos Internacionais; e
- Secretário de Política Econômica.

❖ **Ministério de Relações Exteriores:**

- Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros.



Grupo Técnico de Assessoramento (GTEC)

A Cofix tem um Grupo Técnico de Assessoramento (GTEC), no âmbito do qual os interessados em obter financiamento externo com garantia da União devem apresentar suas propostas:

- **GTEC-Apresentação:** reunião técnica de apresentação das cartas-consulta pelos pleiteantes ao GTEC. Os aspectos técnicos e operacionais e o enquadramento do programa/projeto nas prioridades setoriais são analisados pelo Grupo. As análises servirão de base para a classificação

dos programas/projetos. É importante a observância desses critérios, tendo em vista os limites de financiamento estabelecidos para cada reunião da Cofix.

- **Pré-Cofix:** reunião técnica que antecede a Cofix, na qual é apresentado o ranking dos programas/projetos de acordo com a pontuação obtida a partir da análise técnica da SEAID e da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN).

O fluxograma abaixo representa, de maneira sucinta, o processo desde a apresentação das cartas-consulta pelos pleiteantes até a assinatura dos contratos. É importante ressaltar a participação de outras instâncias governamentais, tais como a Presidência da República, STN, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Senado Federal, ente federado e organismo ou banco financiador/credor.



Após a assinatura do contrato, o programa/projeto pode ser iniciado, observando-se as condições legais acessórias. Os projetos, estando em execução, podem, eventualmente, solicitar diversos tipos de alterações. Para tanto, os entes federados devem submeter seus pleitos ao GTEC para análise. Essa etapa é definida a seguir:

- **GTEC-Execução:** reunião técnica de deliberação dos pleitos relativos a alterações de programas/projetos em execução (alterações técnicas, prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de recursos etc.) e prorrogação de resoluções da Cofix relativas à autorização de preparação de programas/projetos.

Durante a execução dos programas/projetos, o GTEC pode participar de missões de acompanhamento e monitoramento das ações neles desenvolvidas até sua conclusão.

Análise sobre pleitos recebidos em 2023

Em 2023, ocorreu um recorde em número de pleitos de empréstimos internacionais, por meio de submissão de cartas-consultas à Cofix. Tais pleitos foram 30,1% superiores ao ano anterior e 93,9% superiores à média dos últimos 10 anos (2013-2023).

Recorde de pleitos recebidos em 2023

↑ 30,1% em relação a 2022

↑ 93,9% em relação à média dos últimos 10 anos

No que concerne ao número de pleitos, com abrangência estadual e municipal, autorizados pela Cofix, ressalta-se que 59,1% dos Estados permaneceram estáveis ou experimentaram um aumento neste indicador durante o ano de 2023, comparativamente ao ano de 2022. Destaca-se que os Estados que observaram os maiores incrementos relativos em pleitos autorizados foram: Sergipe (SE), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Alagoas (AL), São Paulo (SP), Bahia (BA), Pará (PA) e Espírito Santo (ES).

Gráfico 5 – Evolução do número de pleitos de cartas-consultas, com abrangência estadual e municipal, autorizados pela Cofix por Estado

Dados em: Unidade

Fonte: SFIN/SEAID/MPO



Destaque também ao expressivo aumento na participação de municípios das mais diversas regiões do país. Do total de 67 pleitos autorizados em 2023, 25 foram de municípios, representando 37,3%. A participação de municípios em 2023 foi 47,1% superior ao ano de 2022 e 76,3% superior à média dos últimos 10 anos. Esse resultado pode ser explicado, entre outros fatores, pelas medidas de transparência

empreendidas pela SEAID, contribuindo para a ampla divulgação do processo de obtenção de financiamento externo com garantia da União, e para a consequente diminuição de disparidades entre os entes federativos.

Recorde na participação de municípios

↑ 47,1% em relação a 2022

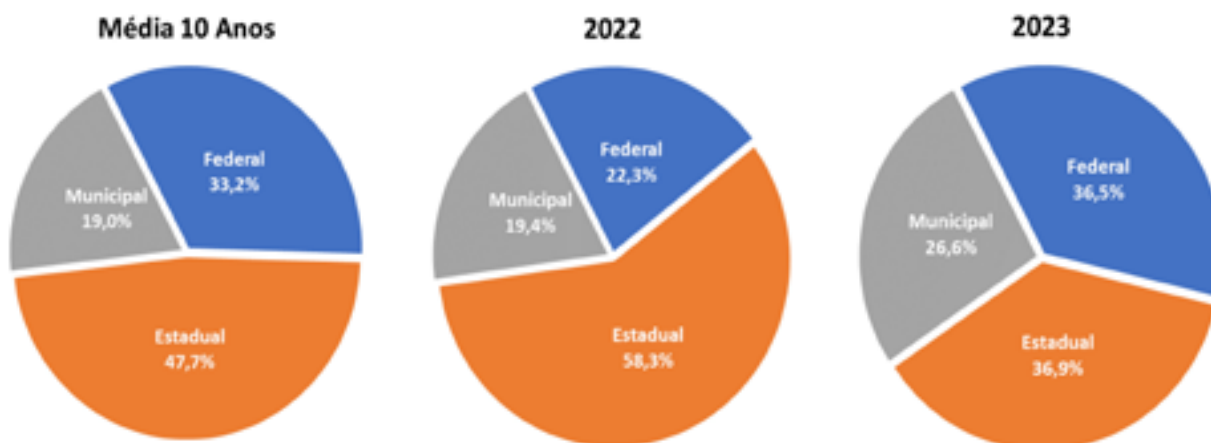
↑ 76,3% em relação à média dos últimos 10 anos

Em 2023, foram autorizados US\$ 9,20 bilhões em empréstimos, 28,0% superior ao ano de 2022 e 68,5% superior à média dos últimos 10 anos.

Gráfico 6 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados entre entes federativos

Dados em: Percentual dos valores totais de financiamentos autorizados

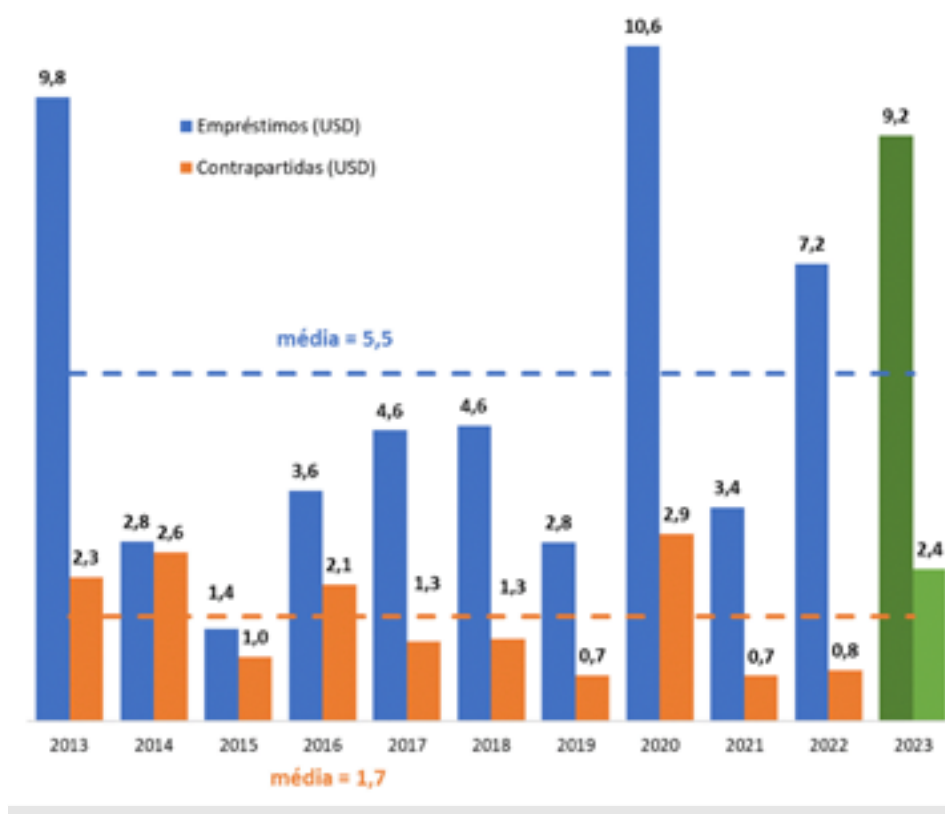
Fonte: SFIN/SEAID/MPO



Em relação às contrapartidas, estabelecidas em no mínimo 20% para entes subnacionais, também houve aumento expressivo, sendo 203,1% em relação a 2022 e 45,2% em relação à média dos últimos 10 anos.

Gráfico 72 – Evolução do valor de projetos autorizados pela Cofix (empréstimos e contrapartidas)

Dados em: US\$ bilhões



O financiamento externo conta com ampla participação de bancos multilaterais, sendo os principais em termos de tamanho de carteira no Brasil o BID, o BIRD, o NDB, a CAF e o Fonplata.

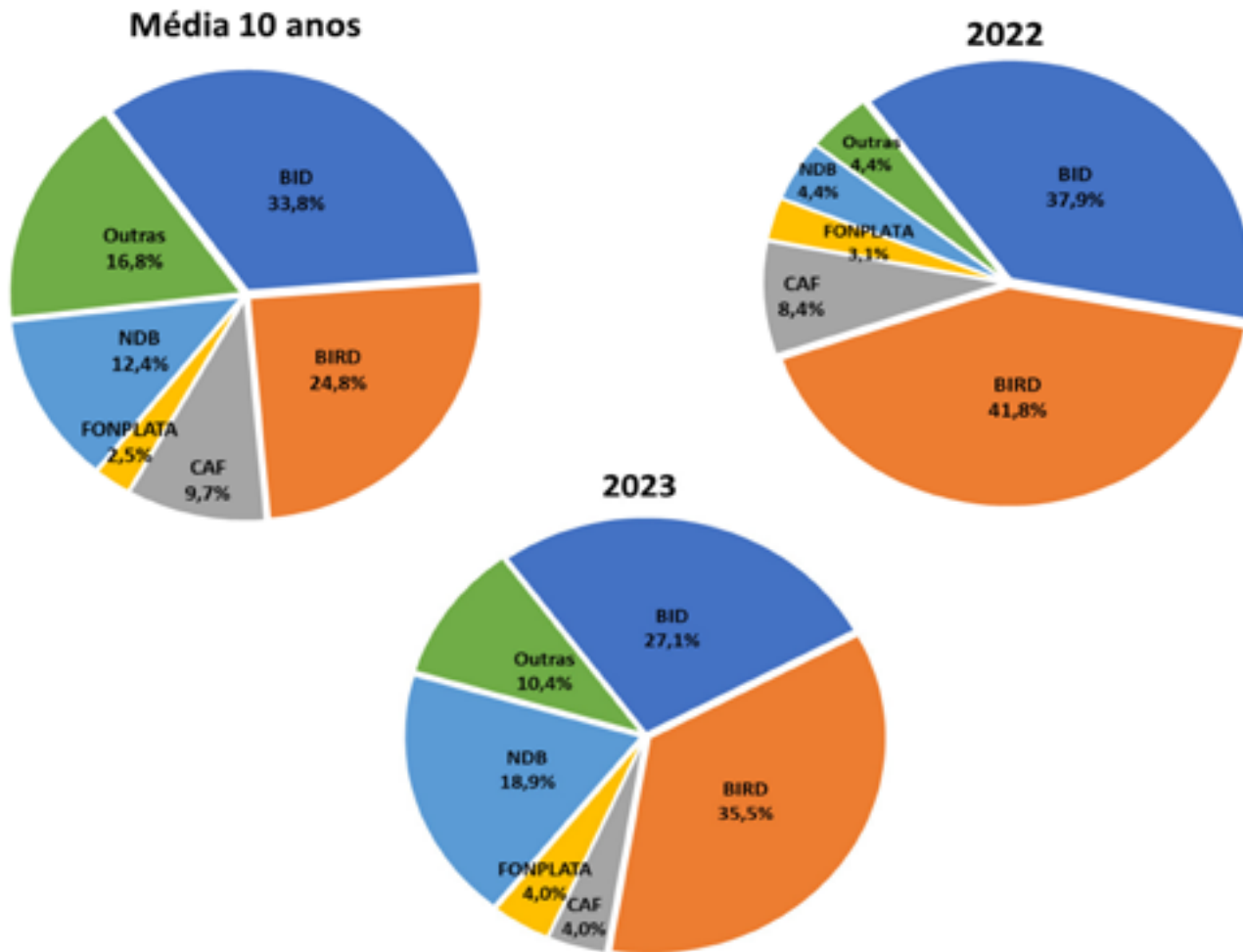
A análise detalhada dos empréstimos autorizados, desagregados por fonte de financiamento, conforme apresentado no próximo gráfico, mediante suas participações relativas, proporciona uma compreensão mais aprofundada das tendências ao longo do período analisado. Destaca-se a notável consistência do BID e do BIRD como principais contribuintes, exercendo uma influência substancial sobre os montantes totais em todas as circunstâncias.

No ano de 2023, esses dois agentes financeiros desempenharam um papel significativo, sendo responsáveis por 62,6% do montante total de empréstimos autorizados. Este dado representa um incremento de 6,8% em comparação com os valores médios do período em análise. Por outro lado, merecem destaque as trajetórias ascendentes de outros agentes financeiros, notadamente do NDB, que vem adquirindo uma participação significativa no montante global de empréstimos autorizados. Essa ascensão contribui de maneira substancial para uma maior diversificação das fontes de financiamento, fortalecendo assim a resiliência e a robustez do portfólio de financiamento externo do Brasil.

Gráfico 8 – Evolução da distribuição de financiamentos externos autorizados por agente financeiro

Dados em: Percentual dos valores totais de financiamentos autorizados

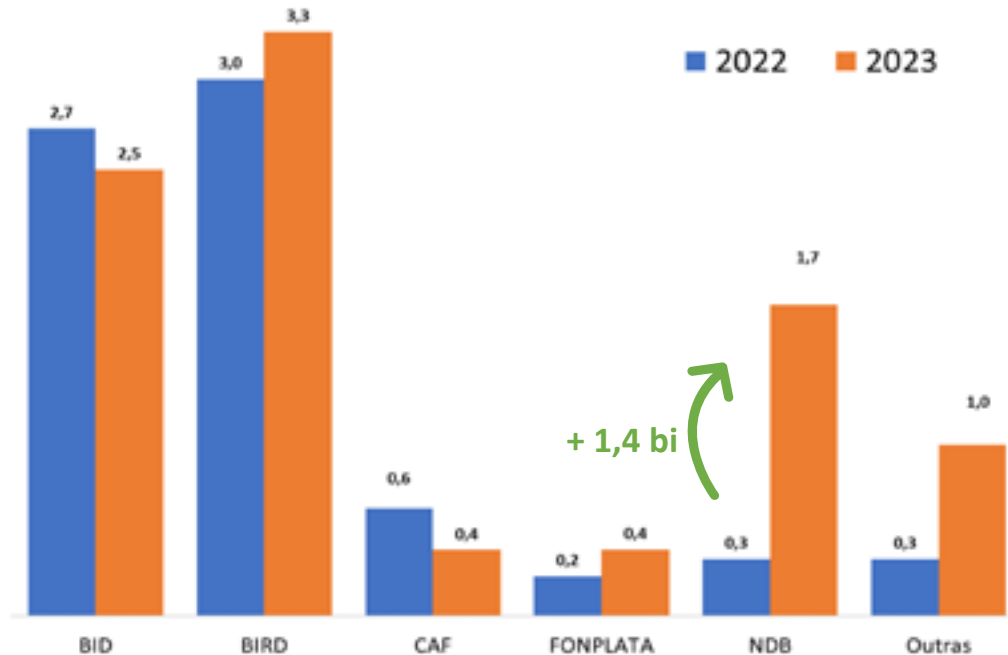
Fonte: SFIN/SEAD/MPO



No âmbito dos valores absolutos, o recorde histórico do montante de empréstimo realizado pelo BIRD em 2023, totalizando US\$ 3,26 bilhões, destaca-se notavelmente. A cifra reflete um aumento de 8,8% em relação aos valores registrados em 2022, superando a média do período compreendido entre os anos de 2013 e 2022 em US\$ 1,91 bilhão.

Recorde de financiamento do BIRD
8,8% superior a 2022
141,4% superior à média de 10 anos

Gráfico 9 – Comparativo entre 2022 e 2023 dos financiamentos externos autorizados por agente financeiro
Dados em: US\$ bilhões
Fonte: SFIN/SEAID/MPO



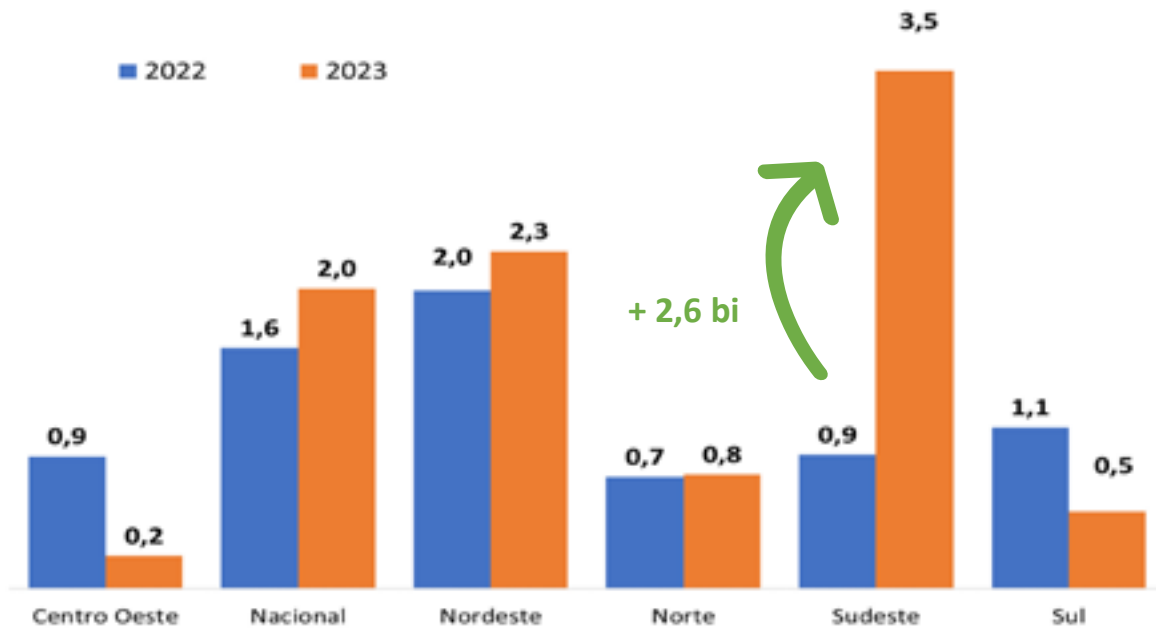
Em termos de financiamento externo por região, a análise dos montantes de empréstimos nos anos de 2022 e 2023, juntamente com a média do período analisado de 2013 a 2023, revela nuances importantes que demandam uma abordagem estratégica. Destaca-se, de maneira proeminente, o expressivo crescimento da região Sudeste, com um aumento substancial de US\$ 0,89 bilhão em 2022 para US\$ 3,46 bilhões em 2023, ultrapassando consideravelmente a média do período da região de US\$ 1,82 bilhão. Este fenômeno pode ser parcialmente explicado pelo notável incremento nos financiamentos destinados a programas/projetos vinculados ao setor de Desenvolvimento Social na região Sudeste, que experimentaram uma elevação de US\$ 0,04 bilhão em 2022 para US\$ 1,42 bilhão em 2023.

Por outro lado, a região Centro-Oeste registrou uma redução acentuada, decrescendo de US\$ 0,88 bilhão em 2022 para US\$ 0,21 bilhão em 2023, situando-se abaixo da média do período da região, a qual foi de US\$ 0,35 bilhão. Esta variação pode ser parcialmente atribuída à significativa diminuição dos aportes destinados a programas/projetos vinculados aos setores de Refinanciamento de Dívida e de Saneamento Básico, que desempenharam um papel relevante no montante da região em 2022.

Gráfico 10 – Comparativo entre 2022 e 2023 dos financiamentos externos autorizados por região

Dados em: US\$ bilhões

Fonte: SFIN/SEAID/MPO



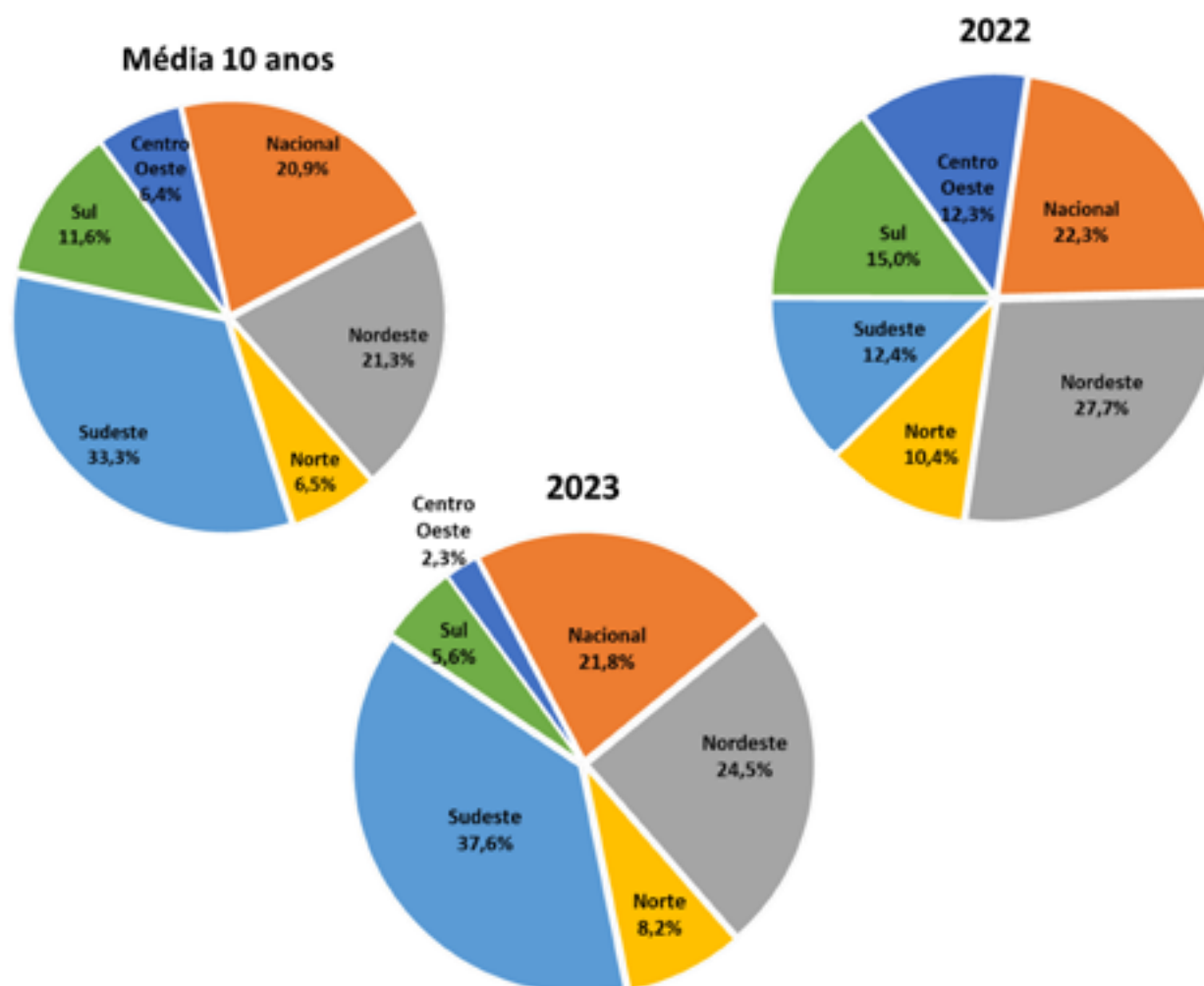
Observa-se, ainda, uma disparidade no ano de 2022 em relação à média do período, contrastando com a maior conformidade evidenciada no ano subsequente, em 2023. No último ano mencionado, algumas regiões registraram desempenhos inferiores à média do período, notadamente as regiões Centro-Oeste e Sul, enquanto as demais regiões experimentaram um incremento em sua participação relativa. Essa dinâmica pode estar indicando uma reconfiguração na distribuição dos recursos de financiamento externo, sugerindo uma possível adaptação das regiões a condições específicas ou a realinhamentos estratégicos em setores específicos.

Paralelamente, é relevante considerar o contexto demográfico dessas regiões. Segundo dados do Censo 2022, o Sudeste e o Nordeste mantêm-se como as regiões mais populosas do país, representando 41,8% e 26,9% da população nacional, respectivamente. Em contraste, a região Centro-Oeste figura como a menos populosa, compreendendo apenas 8,02% da população total. Essa correlação entre dinâmicas populacionais e as variações nos financiamentos externos sugere uma correlação entre fatores demográficos e econômicos, potencialmente influenciando as estratégias de captação e distribuição de recursos.

Gráfico 11 – Evolução da participação das regiões no total de financiamentos externos autorizados

Dados em: Percentual dos valores totais de financiamentos autorizados

Fonte: SFIN/SEAID/MPO



Por fim, a análise dos montantes de empréstimos por setores nos anos de 2022 e 2023 revela variações substanciais e pertinentes para formulação de estratégias. Notoriamente, o setor de Desenvolvimento Social testemunhou um incremento significativo, ascendendo de US\$ 1,37 bilhão em 2022 para US\$ 2,71 bilhões em 2023, ultrapassando substancialmente a média do período completo de 2013 a 2023 de US\$ 0,96 bilhão.

Da mesma forma, o setor de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade destacou-se, registrando um aumento considerável de US\$ 1,09 bilhão para US\$ 1,83 bilhão, superando a média do período de US\$ 1,05 bilhão. Em contrapartida, o setor de Refinanciamento de Dívida experimentou uma notável redução, US\$ 1,68 bilhão em 2022 para US\$ 0,56 bilhão em 2023, refletindo uma diminuição da demanda nessa área.

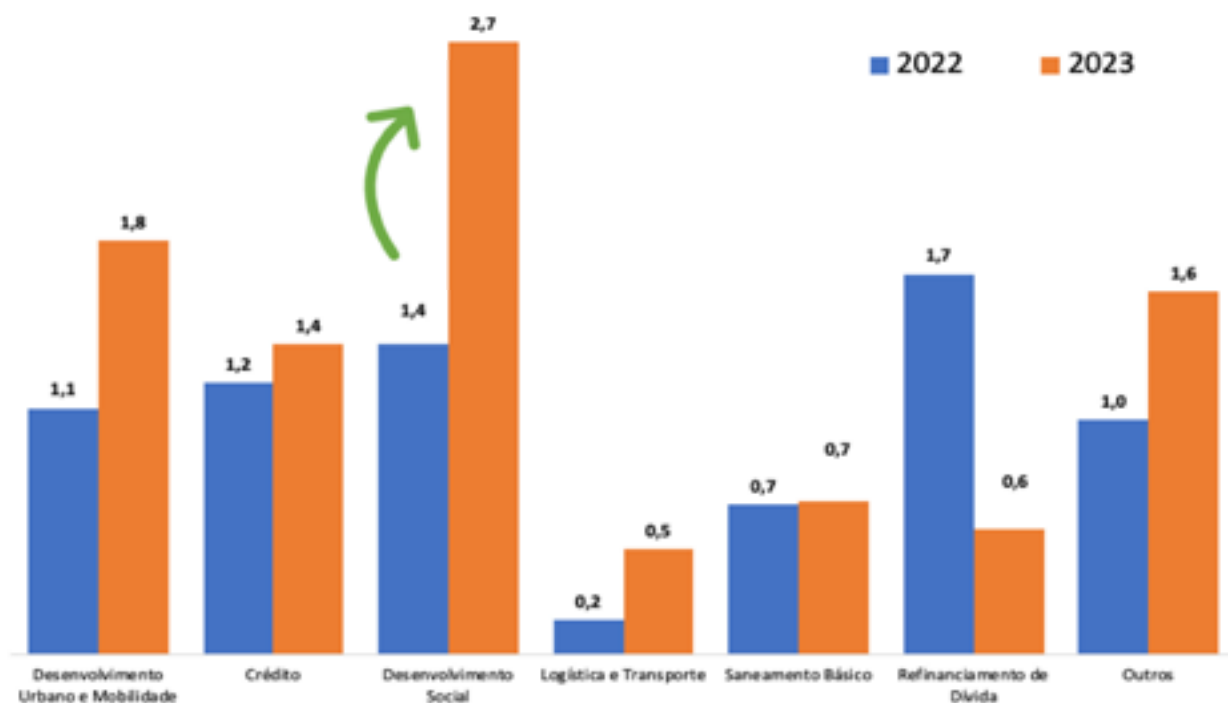
Essas variações indicam uma dinâmica diversificada na distribuição de financiamento por setores, enfatizando a necessidade de abordagens estratégicas e adaptativas para atender às demandas específicas.

O gráfico abaixo consolida a variação de valores por setor entre 2022 e 2023.

Gráfico 12 – Comparativo entre 2022 e 2023 dos financiamentos externos autorizados por setor

Dados em: US\$ bilhões

Fonte: SFIN/SEAID/MPO



Negociações

A SEAID desempenha um papel crucial na condução do processo de negociação contratual entre o agente financeiro externo e o proponente do projeto, conforme estabelecido pelo Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017. O artigo 4º, § 1º do decreto estabelece que, após a conclusão da preparação do projeto ou programa, cabe à SEAID iniciar e coordenar o processo de negociação das minutas contratuais.

Uma vez concluídas, as minutas contratuais são submetidas à Secretaria para o processo de negociação. O intervalo médio entre a autorização da Cofix e o início do processo de negociação pela SEAID tem variado de seis meses a um ano.

A negociação, conduzida pela SEAID, envolve duas etapas fundamentais:

- **Reunião preparatória (pré-negociação)**

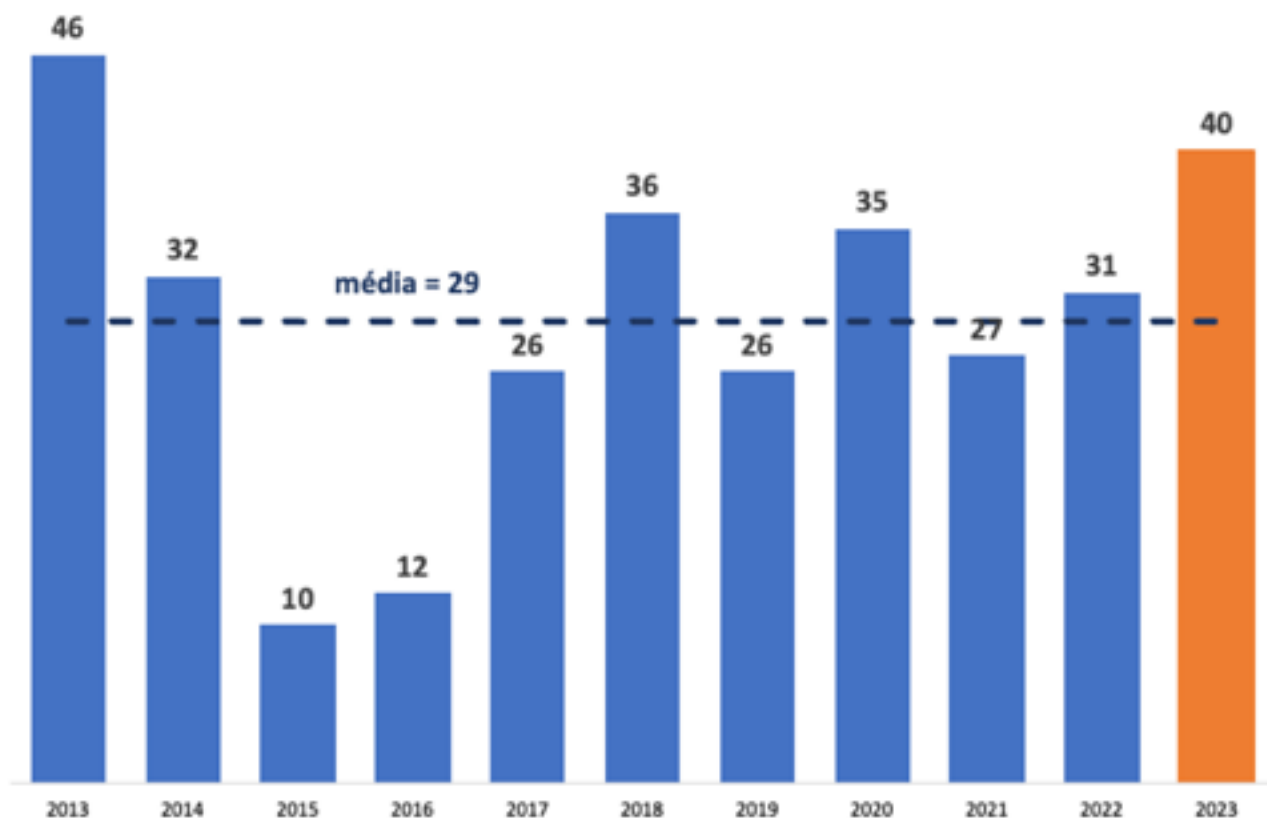
Na pré-negociação, participam representantes do Proponente e do governo federal, incluindo SEAID, PGFN e STN. Essa reunião visa alinhar questões prévias, preparando as partes para a reunião de negociação propriamente dita.

- **Reunião de Negociação**

A reunião de negociação, que conta com a participação do agente financeiro externo, é o palco principal em que são discutidas e acordadas as dúvidas e possíveis inadequações contratuais. Esse processo é essencial para assegurar a efetividade e alinhamento entre as partes envolvidas. Ao longo desse processo, a SEAID conta com a colaboração da STN, que realiza uma análise detalhada das cláusulas financeiras do contrato, e da PGFN, que se concentra na avaliação dos aspectos jurídicos e na verificação da legalidade do contrato.

A colaboração contínua entre essas secretarias ao longo das negociações propicia uma abordagem integrada, abrangendo tanto os aspectos financeiros quanto os jurídicos do contrato. O principal objetivo é garantir que o contrato de financiamento externo seja não apenas robusto e legalmente sólido, mas também esteja alinhado com os critérios de sustentabilidade financeira, responsabilidade ambiental, inovação e inclusão social, conforme estabelecido na Resolução Cofix nº 17, de 7 de junho de 2021.

A análise da quantidade de negociações realizadas no período de 2013 a 2023 revela que, após um declínio marcante em 2015, as negociações experimentaram uma recuperação gradual, culminando no ano de 2023, que registrou um total de 40 negociações. Esse marco representa um incremento substancial em relação ao ano anterior, que contabilizou 31 negociações. Esse desempenho robusto sugere não apenas uma recuperação após períodos de menor atividade, mas também indica uma dinâmica positiva e promissora, apontando para um cenário otimista para as atividades de negociação no futuro.

Gráfico 13 – Evolução do número de negociações de contratos**Dados em:** unidade**Fonte:** SFIN/SEAD/MPO

No ano de 2023, de maneira específica, as 40 negociações contratuais conduzidas resultaram em uma expressiva soma de empréstimos internacionais, totalizando US\$ 4,6 bilhões. Destaca-se que o valor médio por contrato atingiu a significativa cifra de US\$ 115 milhões.

Esses recursos foram direcionados para financiar novos projetos de desenvolvimento em várias instâncias da federação, incluindo um aumento expressivo na participação municipal, como relatado no tópico anterior.

A tabela a seguir detalha as negociações contratuais de 2023, categorizando-as por fonte de financiamento.

Tabela 3 – Negociações contratuais em 2023 por fontes de financiamento

Dados em: unidade e US\$

Fonte: SFIN/SEAID/MPO

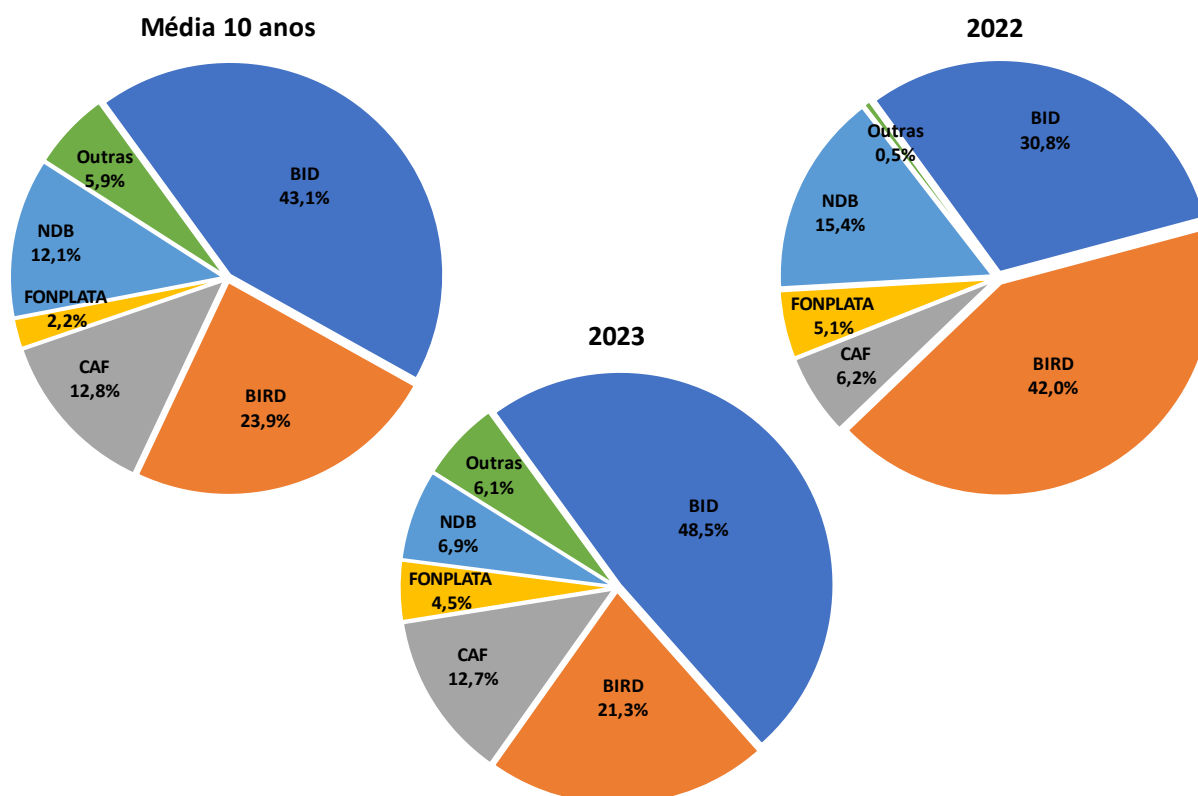
Fonte	Número de Negociações	Valor de Empréstimo Internacional Autorizado (US\$)	Valor médio por contrato (US\$)
AFD	2	\$192.088.245,00	\$96.044.122,50
BID	13	\$2.267.989.425,00	\$174.460.725,00
BIRD	10	\$976.618.245,00	\$97.661.824,50
CAF	7	\$588.185.983,15	\$84.026.569,02
FONPLATA	5	\$211.000.000,00	\$42.200.000,00
JICA	1	\$62.140.794,72	\$62.140.794,72
NDB	2	\$320.000.000,00	\$160.000.000,00
Total	40	\$4.618.022.692,87	\$115.450.567,32

Em 2023, foram negociados contratos com 7 bancos multilaterais: AFD, BID, BIRD, CAF, FONPLATA, JICA e NDB. Destaca-se a participação do BID (48,5% do valor total), BIRD (21,3%) e CAF (12,7%).

Gráfico 14 – Distribuição de financiamentos externos negociados por agente financeiro

Dados em: Percentual dos valores totais de financiamentos negociados

Fonte: SFIN/SEAID/MPO

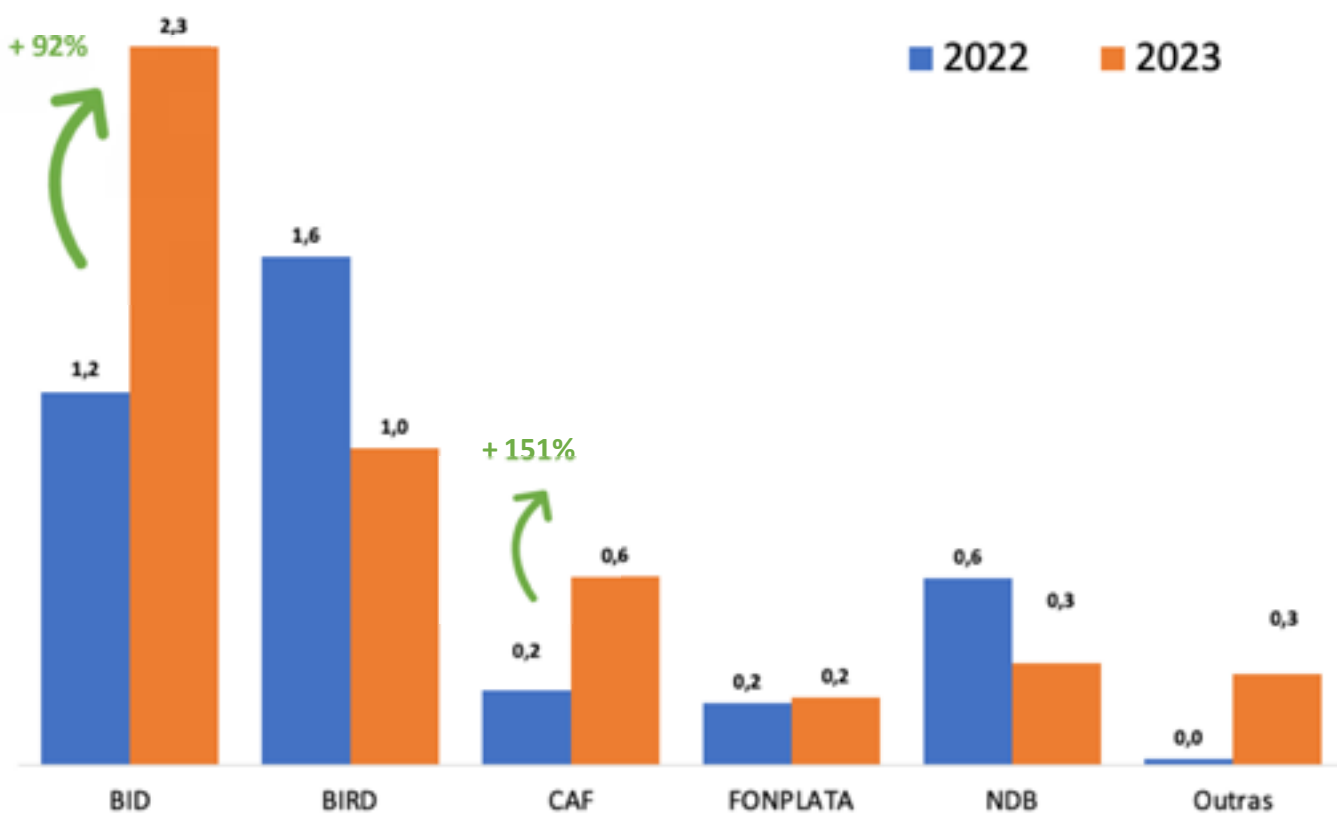


Importante ressaltar a participação do BID, que alcançou patamar histórico, atingindo valor total de US\$ 2,3 bilhões, sendo este um aumento expressivo de 92,2% em relação ao ano anterior. Destaca-se também o aumento significativo de 151,4% do valor total financiado pela CAF no mesmo período, saindo de US\$ 234 milhões para US\$ 588 milhões.

Gráfico 15 – Comparativo entre 2022 e 2023 dos financiamentos externos negociados por fonte de financiamento

Dados em: US\$ bilhões

Fonte: SFIN/SEAID/MPO



Projetos em curso

Nesta seção, apresentam-se informações sobre alterações contratuais e revisões de carteira de projetos e programas em realização. Ao final, informam-se os principais setores e regiões brasileiras dos projetos em carteira nos últimos 10 anos.

Modificações contratuais

Por meio do Grupo Técnico de Assessoramento (GTEC), a Cofix examina e avalia solicitações de alterações contratuais de projetos e programas em curso, tais como modificações técnicas, prorrogações de prazo de desembolso e cancelamentos de recursos.

Em 2023, foram realizadas 10 reuniões do GTEC-Execução, em que foram avaliados 65 projetos para fins de alteração contratual, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 4 – Número de projetos submetidos ao GTEC-Execução em 2023 por fontes de financiamento

Dados em: unidade

Fonte: SFIN/SEAID/MPO

Agência	BB Aktiengesellschaft - Viena	BID	BIRD	CAF	FIDA	FONPLATA	JICA	KfW	NDB	Total
Nº de projetos	1	21	11	19	2	4	4	1	2	65

Revisões de carteira

As revisões de carteira de projetos em curso são reuniões coordenadas pelas agências internacionais de desenvolvimento, com a participação de membros da Cofiex, em especial da SEAID, e dos mutuários, que têm a finalidade de avaliar a carteira de projetos em execução. Durante as reuniões, debate-se o desempenho dos projetos em curso, identificando entraves e buscando soluções de melhoria. Trata-se de uma etapa fundamental, tanto para a melhoria das carteiras de projetos em execução, quanto para a geração de conhecimento sobre boas práticas, que passam a retroalimentar o processo de concepção e preparação de novos projetos.

Em 2023, realizaram-se quatro reuniões de revisão de carteira, em que foram avaliados 89 projetos, conforme o detalhe apresentado na tabela seguinte:

Tabela 5 – Número de revisões de carteira realizadas em 2023 por agência

Dados em: unidade

Fonte: SFIN/SEAID/MPO

Agência	Nº de projetos
BID	66
JICA	5
BIRD	18
Total	89



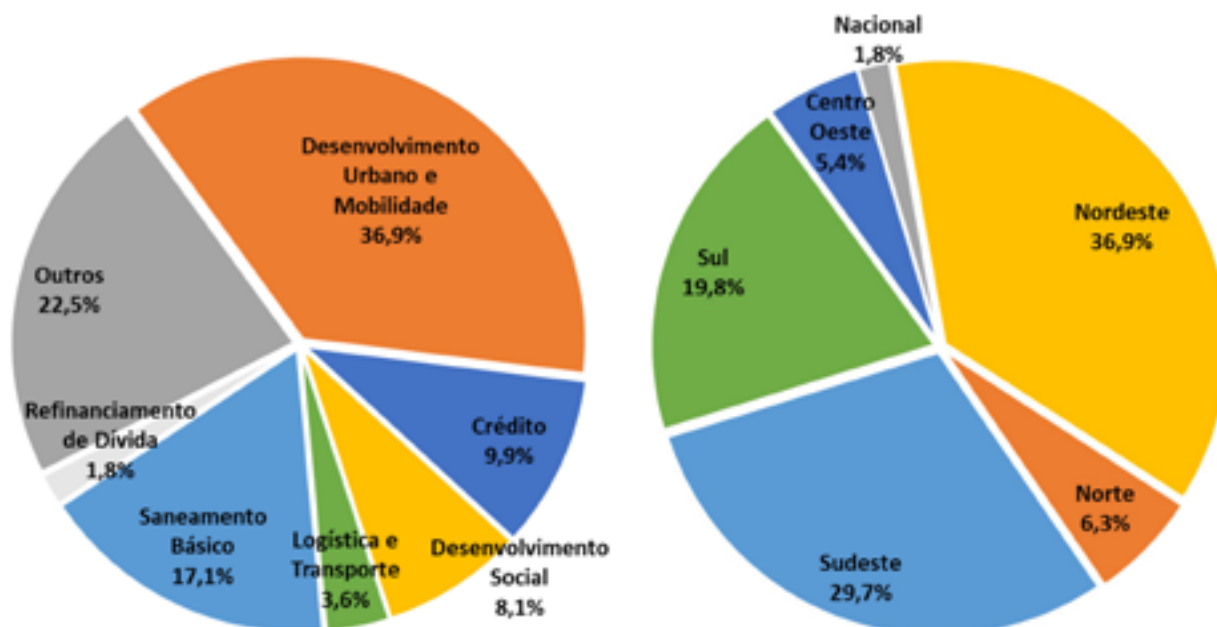
Revisão de carteira de projetos do Banco Mundial no Brasil: revisões de carteira são fundamentais para garantir a qualidade dos projetos em execução

Total de projetos e programas em carteira

Nos últimos 10 anos, registraram-se 111 projetos e programas na carteira da Cofix. Esse número considera projetos aprovados, em execução e finalizados no período de 2013 a 2023.

Conforme os gráficos a seguir, a maior parte dos projetos e programas foi realizada na região Nordeste, correspondendo a 36,9% do total, seguida pelas regiões Sudeste (29,7%) e Sul (19,8%). Em termos de setores, a área de desenvolvimento urbano e mobilidade se destacou, correspondendo a 36,93% do total. Em segundo lugar, o setor “outros”, representando 22,6% do total, agrupa as seguintes áreas: fortalecimento institucional; agricultura; pesquisa, desenvolvimento e inovação; energia; meio ambiente; segurança pública; educação; comércio e serviços (turismo); administração; comércio e serviços; encargos especiais. O terceiro setor de destaque foi o de saneamento básico, com 17,1% do total de projetos e programas.

Gráfico 16 – Distribuição da carteira de projetos e programas por região e setor
Dados em: Percentual dos valores totais de projetos e programas em carteira
Fonte: SFIN/SEAID/MPO



Perspectiva para 2024

A SEAID inicia o ano de 2024 com perspectivas otimistas, delineando estratégias inovadoras para fortalecer sua atuação em diversas frentes:

- Novo **Portal de Financiamentos Externos (PFE)**

O novo portal promete revolucionar os processos de autorização de programas e projetos do setor público. Por meio da centralização das informações e do contato da sociedade com o Governo Federal, a expectativa é que traga maior previsibilidade e transparência para o processo.

- Aplicação de recursos do **Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)**

Destaca-se a importância estratégica desse fundo para a integração regional.

- Fomento a Projetos Ambientais e Climáticos

O novo sublimite para estados e municípios financiarem projetos voltados à sustentabilidade ambiental e climática sinaliza um compromisso robusto do Governo Federal com a essa agenda.

- Incentivo às **Parcerias Público-Privadas (PPPs)**

A criação de um sublimite específico para operações com financiamento externo abre novas oportunidades para projetos estratégicos.

Essas iniciativas antecipam um ano de avanços significativos e fortalecimento da cooperação internacional.

Portal de Financiamentos Externos (PFE)

Em 2023, foi iniciado o projeto do novo Portal de Financiamentos Externos. Seus objetivos são desenvolver e implementar novos processos e exigências para a autorização, pela Cofix, de programas ou projetos do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas mediante o emprego de nova plataforma eletrônica integrada de gestão desses processos e exigências.

A elevada complexidade e a necessidade de melhoria da transparência nos processos e exigências relativos à autorização de programas ou projetos do setor público com financiamentos externos podem ser entraves à apresentação, ao desenvolvimento e à negociação de projetos de relevante interesse público. Diante dessa situação, é premente a necessidade de se revisar os procedimentos e exigências para a autorização de projetos ou de programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas.

Importa também o emprego de tecnologias de informação para a otimização da gestão desses processos no âmbito da Administração Federal. A defasagem tecnológica do sistema atual dificulta sobremaneira a apresentação de cartas-consultas, fazendo-se tempestiva a mudança para sistema mais moderno.

Prevê-se para o segundo semestre de 2024 a entrega do Portal de Financiamentos Externos e da respectiva regulamentação, que revisará os procedimentos e exigências da Cofix para a análise e autorização de pleitos de órgãos públicos relacionados a programas ou projetos a contar com financiamento do exterior.

Aplicação de recursos do Focem

Para o ano de 2024, a SEAID apresenta perspectivas promissoras no que diz respeito ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). A regularização do compromisso do governo brasileiro com o fundo, por meio do pagamento integral de sua dívida em abril de 2023, abriu portas para novas oportunidades de cooperação e desenvolvimento na faixa de fronteira com os países do Mercosul.

Com a quitação da dívida no valor total de US\$ 99 milhões, aproximadamente US\$ 70 milhões não-reembolsáveis estão disponíveis para aprovação de novos projetos em território brasileiro, o que fortalece o compromisso do Brasil com a integração regional e destaca a importância estratégica do Focem para o desenvolvimento de municípios na faixa de fronteira.

A portaria GM/MPO no 300, de outubro de 2023, estabeleceu diretrizes claras para a apresentação de projetos à Unidade Técnica Nacional do Focem. A priorização de municípios situados na faixa de

fronteira, a até 150 km da linha de fronteira, reforça o alinhamento do Brasil com os princípios de integração regional e cooperação no âmbito do Mercosul.

Em 2024, as expectativas são voltadas para a análise e deliberação de cartas-consulta direcionadas ao recebimento de financiamento do fundo. A reunião da Cofix agendada para 25 de abril – exclusiva para a análise de propostas de projetos com recursos do Focem – será o fórum em que tais propostas serão avaliadas, visando a aprovação de projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a integração regional. O prazo para a submissão de cartas-consulta, estabelecido em 19 de fevereiro de 2024, proporcionará aos proponentes a oportunidade de apresentar projetos alinhados às prioridades do Focem.

Fomento a Projetos Ambientais e Climáticos

Para o ano de 2024, a SEAID delineou estratégias inovadoras visando fortalecer a atuação dos estados e municípios brasileiros no enfrentamento dos desafios ambientais. A Resolução Cofix nº 80, de 7 de dezembro de 2023, estabeleceu sublimites específicos anuais, permitindo que estados e municípios acessem fontes externas para financiar projetos totalmente voltados à pauta ambiental e climática, contando com a garantia da União.

A iniciativa tem como propósito ampliar o acesso desses entes subnacionais a recursos e expertise de bancos internacionais de desenvolvimento, colaborando assim para o alcance de objetivos estratégicos relacionados à mitigação das crises climáticas, à preservação da biodiversidade e à redução da degradação ambiental.

A Resolução Cofix nº 80/2023 representa um passo significativo para reduzir a lacuna de financiamento para projetos ambientais, priorizando temas como conservação da biodiversidade, prevenção da poluição e adaptação às mudanças climáticas. A escolha dessas linhas de objetivos está alinhada com iniciativas prioritárias do governo, como o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e o recém-lançado Plano de Transformação Ecológica. A resolução reflete a relevância da agenda ambiental para o Governo Federal, contribuindo para identificar e acompanhar ações governamentais voltadas à preservação e uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, está alinhada com o arcabouço conceitual do Plano de Transformação Ecológica do Brasil, reforçando o compromisso do país com uma economia verde e de baixo carbono.

Dessa forma, as perspectivas para 2024 indicam uma abordagem proativa da Secretaria, promovendo o financiamento sustentável e o enfrentamento dos desafios ambientais com maior vigor.

Incentivo às Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Para o ano de 2024, a SEAID vislumbra avanços significativos no fomento de parcerias público-privadas (PPPs). A Resolução Cofix nº 81, de 7 de dezembro de 2023, ao criar um sublimite específico para operações de PPPs com financiamento de fonte externa, favorece o desenvolvimento de projetos estratégicos realizados mediante colaboração entre os setores público e privado.

A Secretaria reconhece a relevância desse avanço para o Ministério da Fazenda (MF) e para os entes subnacionais, que agora têm a oportunidade de alavancar PPPs de maneira mais assertiva e transparente. O cenário se mostra promissor para estados e municípios, que poderão se beneficiar desse sublimite para impulsionar projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável.



SECRETARIA DE
ASSUNTOS INTERNACIONAIS
E DESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO